

RECURSO ESPECIAL Nº 1.843.858 - SP (2019/0312973-0)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
RECORRENTE : TELEFÔNICA BRASIL S.A
OUTRO NOME : TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S/A -TELESP
ADVOGADOS : HELDER MASSAAKI KANAMARU - SP111887
THAIS DE MELLO LACROUX - SP183762
RECORRIDO : ALMERINDA MARTINS SILVA
RECORRIDO : ARTEMISIA DE OLIVEIRA SANTOS
RECORRIDO : BENEDITO DE CAMARGO
RECORRIDO : MARLENE LINO CORREA
RECORRIDO : WILSON MARTINS
ADVOGADOS : RAFAEL JONATAN MARCATTO - SP141237
CLELIA CONSUELO BASTIDAS DE PRINCE - SP163569
GIULIANA RODRIGUES DAL MAS SANT'ANNA - SP288967

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. INVIABILIDADE. VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC/2015. INEXISTÊNCIA. CÁLCULOS. RADIOGRAFIAS. SÚMULA 7 DO STJ. JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO. SEM PREVISÃO EXPRESSA NO TÍTULO. INCLUSÃO. INADMISSIBILIDADE.

1. Inviável a apreciação de matéria constitucional na via especial para que se evite supressão de competência do egrégio STF.
2. Não há falar em violação do art. 1.022 do CPC/2015, pois o Tribunal de origem dirimiu as questões pertinentes ao litígio, apresentando todos os fundamentos jurídicos pertinentes à formação do juízo cognitivo proferido na espécie, apenas não foi ao encontro da pretensão da parte recorrente.
3. O exame da pretensão recursal de reforma do v. acórdão recorrido exigiria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 7 do STJ.
4. Os valores referentes aos juros sobre o capital próprio não podem ser incluídos em sede de cumprimento de sentença sem que conste expressamente no título executivo judicial conteúdo condenatório alusivo à referida verba.
5. Recurso especial conhecido em parte e parcialmente provido.

DECISÃO

1. Cuida-se de recurso especial interposto por TELEFÔNICA BRASIL S.A, com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição da República, contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim ementado:

PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Laudo pericial consigna a elaboração do cálculo do valor exequendo com base nos parâmetros estipulados pela decisão de mérito, ou seja, com adoção das datas das respectivas integralizações e do valor patrimonial nas datas daquelas integralizações, já consideradas as operações societárias ocorridas no período, nos termos da Súmula 371 do Superior Tribunal de Justiça. Decisão de mérito condenou ao pagamento do valor da complementação das ações, com inclusão dos benefícios oriundos da participação acionária. Possível a inclusão da quantia correspondente aos juros sobre capital próprio (Súmula 551 do Superior Tribunal de Justiça). Impugnação da Executada (com parecer de Assistente Técnico) não infirmou a correção do cálculo do Perito Oficial. Decisão agravada rejeitou a impugnação da Executada e acolheu o cálculo do Perito Oficial, para “fixar o valor devido pela executada a título de indenização aos exequentes em R\$ 33.690,42 para junho de 2017”, e determinou a realização do depósito em Juízo do valor exequendo, “sob pena de penhora”. RECURSO DA EXECUTADA IMPROVIDO

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

Em suas razões recursais, aponta a parte recorrente, além de dissídio jurisprudencial, ofensa ao disposto nos arts. 502, 507, 509, §4º, 927, III, 1.030, II, e 1.022 do CPC/2015, 5º, XXXVI, da CF.

Alega negativa de prestação jurisdicional, uma vez que não teria ocorrido a apreciação da tese sobre a necessária observância do Recurso Especial Repetitivo nº 1.373.438-RS quanto ao descabimento de inclusão em fase de cumprimento de sentença de direitos não deferidos no processo principal.

Defende a exclusão dos juros sobre capital próprio quando não deferidos no título judicial formado na fase de conhecimento. Aduz a necessidade de condenação dessa verba de forma expressa na sentença condenatória. Aponta a violação à coisa julgada.

Sustenta, ainda, quanto aos recorridos Almerinda e Benedito, que as radiografias seria claras ao apontar que as ações teriam sido subscritas no mesmo mês da integralização resultando em liquidação zero.

Contrarrazões ao recurso especial às fls. 1.883-1.896.

Crivo positivo de admissibilidade na origem (fls. 2.035-2.037).

É o relatório. Decido.

2. Quanto à violação ao art. 5º, XXXVI, da CF, ressalta-se que, embora seja dever de todo magistrado velar a Constituição Federal, para que se evite supressão de

competência do egrégio STF, não se admite apreciação de matéria constitucional em sede de recurso especial, ainda que para viabilizar a interposição de recurso extraordinário.

Nesse sentido: EDcl no AgRg no REsp 886.061/RS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 20/08/2009, DJe 27/08/2009; e, AgRg no REsp 1474891/MS, Rel. Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, julgado em 18/12/2014, DJe 12/02/2015.

3. Não há falar em violação ao art. 1.022 do CPC/2015, pois o eg. Tribunal **a quo** dirimiu as questões pertinentes ao litígio, com fundamentação clara e suficiente. Cabe destacar que não significa omissão quando o julgador adota outro fundamento que não aquele perquirido pela parte.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC/2015. NÃO OCORRÊNCIA. VALORES DEPOSITADOS EM CONTA CORRENTE. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. SOBRAS. POSSIBILIDADE DE PENHORA. PRECEDENTES DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Não se verifica a alegada violação ao art. 1.022 do CPC/2015, na medida em que a eg. Corte de origem dirimiu, fundamentadamente, a questão que lhe foi submetida, não sendo possível confundir julgamento desfavorável, como no caso, com negativa de prestação jurisdicional ou ausência de fundamentação.

[...]

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1360830/RS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 27/08/2019, DJe 11/09/2019)

4. Em relação à alegada incorreção dos cálculos a ensejar liquidação zero quanto aos recorridos Almerinda e Benedito, tendo em vista as informações das radiografias, o inconformismo não prospera.

Sobre o tema, constou do acórdão recorrido o seguinte (fl. 1750):

"Em relação aos Exequentes Almerinda e Benedito (indenizações nas quantias de R\$ 105,50 e de R\$ 22,56, respectivamente), o cálculo de liquidação considerou os parâmetros da decisão de mérito e, por outro lado, a manifestação do Assistente Técnico da Executada (cópias de fls.1681/1694) não demonstrou que o valor exequendo deriva apenas de "arredondamento de casas decimais" o que não infirma a conclusão do Perito Oficial"

Resta claro que a convicção formada pelo Tribunal de origem decorreu dos elementos existentes nos autos, de forma que rever a decisão recorrida e acolher a pretensão recursal, nesse ponto, demandaria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, o que é vedado

em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 7 do STJ, impedindo o conhecimento do recurso.

Nesse sentido: AgRg no AREsp 607.761/SC, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/02/2015, DJe 13/02/2015; e, AgRg no AREsp 414.433/SC, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 21/11/2013, DJe 26/11/2013.

5. No mais, no que tange aos juros sobre capital próprio, assiste razão à parte recorrente.

Em se tratando de cumprimento de sentença, o que se mostra relevante é a abrangência do título, salvo naquelas referidas hipóteses em que a própria lei ou a jurisprudência dispensam condenação expressa - como os juros moratórios, mercê do art. 293 do CPC/1973 (art. 322 do NCPC) e da Súmula n. 254/STF -, circunstância não verificada no caso em exame.

A jurisprudência da Casa, em linha de princípio, não amplia a coisa julgada com o propósito de permitir a execução de determinadas rubricas não contempladas no título executivo, a despeito de reconhecer sua decorrência lógica do direito principal tutelado na fase de conhecimento.

Exemplo de que a estreita correlação entre uma verba deferida na sentença e outra que poderia ter sido não é razão suficiente para elastecer o alcance objetivo da coisa julgada, é o que se tem verificado na jurisprudência da Casa em relação ao direito aos juros sobre capital próprio referentes a ações não subscritas em companhias de telefonia.

Em sendo omissa a sentença quanto aos juros sobre capital próprio, descabe buscar sua inclusão na fase de execução, sob pena de ofensa à coisa julgada. *Verbis*:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. INCLUSÃO DE JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO. NATUREZA JURÍDICA QUE NÃO SE CONFUNDE COM DIVIDENDOS. EXCESSO DE EXECUÇÃO. OCORRÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO COM APLICAÇÃO DA MULTA PREVISTA NO ART. 557, § 2º, DO CPC.

1. Os juros sobre o capital próprio possuem natureza jurídica distinta à dos dividendos. Precedentes.

2. Não contemplados pelo título exequendo, não cabe a inserção dos juros sobre capital próprio em sede de cumprimento de sentença, sob pena de ofensa ao instituto da coisa julgada.

[...]

(EDcl no REsp 1225676/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 12/04/2011, DJe 15/04/2011)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. EXECUÇÃO.CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO. COISA JULGADA.

1. Depende de condenação expressa no título executivo judicial a

execução do valor referente aos juros sobre capital próprio decorrentes de ações oriundas de contrato de participação financeira para aquisição de linha telefônica.

2. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no REsp 1160323/RS, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUARTA TURMA, julgado em 15/03/2011, DJe 21/03/2011)

Com efeito, a Segunda Seção desta Corte Superior, no julgamento do Recurso Especial Repetitivo n.º 1.373.438/RS, de relatoria do Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, DJe de 16/06/2014, processado nos moldes do art. 543-C do CPC de 1973, firmou entendimento no sentido de que não é cabível a inclusão dos juros sobre capital próprio no cumprimento de sentença sem previsão expressa no título executivo.

Para exame:

RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. EMPRESARIAL E PROCESSUAL CIVIL. TELEFONIA. COMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES. JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO. CUMULAÇÃO COM DIVIDENDOS. CABIMENTO. PEDIDO IMPLÍCITO. DECORRÊNCIA LÓGICA DO PEDIDO DE COMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES. INCLUSÃO NO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA SEM PREVISÃO NO TÍTULO EXECUTIVO. OFENSA À COISA JULGADA.

1. Para fins do art. 543-C do CPC:

(...)

1.3. Descabimento da inclusão dos dividendos ou dos juros sobre capital próprio no cumprimento da sentença condenatória à complementação de ações **sem expressa previsão no título executivo**.

(...)

3. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO.

(REsp 1373438/RS, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 11/06/2014, DJe 17/06/2014)

A propósito, segue trecho do voto do relator Ministro Paulo de Tarso Sanseverino no referido recurso especial repetitivo a respeito da necessidade de condenação expressa ao pagamento dos juros sobre capital próprio:

"Resolvida a questão do pedido implícito, a outra controvérsia diz respeito à possibilidade de condenação implícita ao pagamento dos JCP, ou seja condenação não prevista no título executivo.

Essa questão é mais delicada do que a anterior por envolver o princípio da imutabilidade da coisa julgada, que tem sede constitucional.

Por essa razão, a jurisprudência desta Corte Superior tem sido unânime em vedar a possibilidade de execução, quer dos dividendos, quer dos JCP, sem previsão expressa no título executivo.

Ilustrativamente, confirmam-se os seguintes julgados:

[...]"

De fato, esse entendimento restou consolidado no enunciado nº 551 da Súmula do STJ da seguinte forma *"Nas demandas por complementação de ações de empresas de telefonia, admite-se a condenação ao pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio independentemente de pedido expresso. No entanto, somente quando previstos no título executivo, poderão ser objeto de cumprimento de sentença."*

No presente caso, em dissonância com a jurisprudência do STJ, a Corte local concluiu que (fl. 1.751):

"Por fim, correta a inclusão do valor relativo aos "juros sobre capital próprio" (remuneração paga aos acionistas em virtude dos investimentos realizados), porque a decisão de mérito condenou ao pagamento do valor do complemento das ações, com inclusão dos benefícios oriundos da participação acionária ("com os dividendos, bonificações e demais vantagens que eles teriam recebido caso as ações tivessem sido subscritas regularmente, tudo a ser aferido em liquidação de sentença"), o que é cabível, nos termos da Súmula 551 do Superior Tribunal de Justiça ("Nas demandas por complementação de ações de empresas de telefonia, admite-se a condenação ao pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio independentemente do pedido expresso. No entanto, somente quando previsto no título executivo, poderão ser objeto de cumprimento de sentença")."

A propósito, constou da sentença na fase de conhecimento o seguinte (fl. 272):

"... JULGO PROCEDENTE a pretensão inicial relativamente aos demais autores para o fim de condenar a requerida em obrigação de fazer consistente em possibilitar aos autores subscrição, com certificação de propriedade, de ações do mesmo tipo e espécie daquelas a eles já entregues em número correspondente á diferença entre a subscrição e o investimento, tendo em vista o valor patrimonial das ações no momento da integralização do capital com base no balanço do mês em que efetuado o único ou o primeiro pagamento; inviabilizado o cumprimento da determinação de subscrição, será a obrigação convertida em perdas e danos, com apuração em liquidação."(g.n.)

No mesmo sentido, constou do acórdão da apelação na fase de conhecimento o seguinte (fl. 372):

"Assim, os coautores Almerinda Martins Silva, Benedito Camargo, Marlene Lino Correa e Wilson Martins fazem jus à diferença pleiteada, de modo que o valor patrimonial das ações (VPA) deve ser apurado com base no balancete do mês da integralização, nos termos da Súmula nº 371 do Colendo Superior Tribunal de Justiça, com os dividendos, bonificações e demais vantagens que eles teriam recebido caso as ações tivessem sido subscritas regularmente, tudo a ser aferido em liquidação de sentença."

Superior Tribunal de Justiça

Como se vê, não houve condenação expressa ao pagamento dos juros sobre capital próprio, de forma que o acórdão recorrido merece reforma nesse ponto.

No mesmo sentido:

"[...] constando do acórdão recorrido que os juros sobre capital próprio não foram compreendidos no título executivo, mas podem ser incluídos dentro da expressão "demais vantagens", não cabe sua inserção, em sede de cumprimento de sentença, nos cálculos apresentados pelo ora recorrente, impondo-se sua exclusão em obediência ao instituto da coisa julgada material." (in REsp nº 1.807.983, Rel. Min. Raul Araújo, in DJe 03.06.2019).

6. Ante o exposto, conheço em parte do recurso especial e, nessa extensão, dou-lhe parcial provimento para que sejam excluídos do cálculo exequendo os valores referentes aos juros sobre capital próprio.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro Luis Felipe Salomão

Relator